

# ***Fair Finance Guide*** ***International*** **Metodologia 2018**

**Uma metodologia para a avaliação de políticas de investimento e financiamento responsável de instituições financeiras**

**Versão executiva**



**Anniek Herder, Hester Brink, Michel Riemersma**

**Versão Original: junho de 2014, revisada em junho de 2015 e abril de 2016**  
**Última atualização: 8 de março de 2018**

Versão executiva em português: 13 de julho de 2018



## Sumário

Introdução à metodologia global.....	3
Introdução à versão executiva em português .....	4
1. Objetivo e método.....	6
1.1 Visão Geral .....	6
1.2 Objetivo e princípios .....	6
1.3 Setor financeiro.....	8
1.3.1. Os bancos comerciais .....	8
1.3.2 Os bancos de investimento.....	9
1.3.5 Gestoras de ativos .....	10
1.4 Avaliação das políticas .....	11
1.4.1 Temas .....	11
1.4.2 Conteúdos das políticas.....	12
1.4.3 Escopo das políticas.....	14
1.4.4 Modelo de pontuação .....	16
1.4.5 Relevância e materialidade.....	17
1.4.6 Documentos avaliados .....	20
1.4.7 Pontuação para padrões e acordos coletivos .....	20
1.5 Estudos de Caso .....	21
Referência .....	21

## Introdução à metodologia global

Dez anos após a crise financeira de 2008, que forçou governos a socorrer bancos a fim de evitar o colapso total do sistema financeiro, o mundo sofre uma nova onda de desregulamentação. Muitos acreditam que a crise de 2008 originou-se do investimento irresponsável e do comportamento de tomada de riscos dos bancos ao redor do globo. A crise mostrou o grande impacto que as instituições financeiras têm na sociedade como um todo.

Embora os acordos internacionais de fortalecimento da regulamentação bancária tenham dado passos para evitar enormes resgates de bancos no futuro, eles não são suficientes para promover mudanças fundamentais necessárias nesse setor. Instituições financeiras responsáveis são muito necessárias para responder a todos desafios sociais e ambientais que são enfrentados pela comunidade global. Um setor financeiro forte e responsável é necessário para alocar eficientemente fundos de investimento, encontrar soluções de compartilhamento de risco e prover serviços financeiros adequados a todas pessoas.

O peso dos efeitos sociais e ambientais negativos de empréstimos e investimentos de instituições financeiras recai desproporcionalmente sobre pessoas vivendo em pobreza. Até hoje, são principalmente as organizações da sociedade civil que denunciaram essa questão e que impõem as instituições financeiras a prestar contas sobre essas violações.

Uma dessas iniciativas da sociedade civil é a rede *Fair Finance Guide International*, lançada em janeiro de 2014 a partir da experiência do Guia dos Bancos Responsáveis na Holanda e no Brasil. O *Fair Finance Guide International* é um esforço colaborativo de coalizões de organizações da sociedade civil na Alemanha, Bélgica, Brasil, França, Holanda, Índia (começando em 2018), Indonésia, Japão, Noruega, Suécia e Tailândia (começando em 2018). Em cada país, essas coalizões desenvolvem *websites* que clientes e outras partes interessadas podem utilizar para comparar as políticas de investimento e financiamento de suas instituições financeiras em uma série de temas transversais e setoriais. Além disso, as coalizões regularmente publicam estudos de caso em tópicos específicos, buscando avaliar como (e se) as instituições financeiras aplicam critérios de sustentabilidade em suas práticas diárias. Elas também pressionam os bancos pesquisados, seguradoras e outras instituições financeiras para que melhorem suas políticas e práticas e influenciam reguladores a desenvolver e impor regulações adequadas.

Com esse projeto, o FFGI espera incentivar que as instituições financeiras repensem seu papel na sociedade. Desenvolver políticas claras e ambiciosas em questões ambientais, sociais e de governança são um primeiro passo necessário nessa direção.

Este documento apresenta a metodologia internacional do *Fair Finance Guide International* que será utilizada para avaliar e ranquear as políticas de instituições financeiras. Dada a *expertise* e a experiência de todos envolvidos na rede, nós acreditamos que esta metodologia é baseada nos entendimentos e padrões internacionais mais recentes no que diz respeito à sustentabilidade, meio ambiente e direitos humanos.

Nós temos a certeza de que este documento ajudará as atuais e futuras coalizões de organizações da sociedade civil que participam do *Fair Finance Guide International*, bem como as instituições financeiras mundo afora, a embarcar nesse caminho rumo a um setor financeiro justo e sustentável.

Agradecemos todos os pesquisadores e especialistas das coalizões da rede *Fair Finance Guide International* e os quadros da Profundo por seu trabalho incansável e suas contribuições para desenvolver esta metodologia.

**Jan Willem van Gelder**

*Diretor da Profundo*

**Gine Zwart**

*Coordenadora da Fair Finance Guide International*

## Introdução à versão executiva em português

Desde 2011 o Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – desenvolve o Guia dos Bancos Responsáveis (GBR) como forma de avaliar as políticas e práticas dos bancos brasileiros para consumidores, meio ambiente e economia. A partir de 2014, o GBR passou a fazer parte do *Fair Finance Guide International*, que é um esforço conjunto de organizações da sociedade civil de diversos países objetivando a responsabilização das instituições financeiras sobre os impactos de seus investimentos e serviços financeiros na sociedade e na natureza.

A entrada de mais dois países na rede *Fair Finance Guide International (FFGI)* em 2018 demonstra sua consistência e crescente importância internacional, o que não é diferente no contexto brasileiro. No Brasil, além do Idec, atualmente compõem a coalizão nacional o Instituto Sou da Paz e a Conectas Direitos Humanos.

Neste documento, trazemos a tradução do capítulo 1 da metodologia do FFGI, que diz respeito aos objetivos e à metodologia da avaliação de políticas das instituições financeiras. Essa metodologia é fruto do trabalho conjunto das coalizões nacionais dos países participantes da rede, que considerou as críticas e contribuições dos bancos brasileiros na reunião que tivemos em 2016. A linguagem é direcionada à população em geral, por isso alguns trechos podem parecer redundantes para o público especializado.

Na edição de 2018 do Guia dos Bancos Responsáveis serão avaliados 18 temas, um a mais que na versão anterior. Os temas podem ser transversais, setoriais ou operacionais, como é melhor explicado na seção 1.4.1.

A pontuação é atribuída aos bancos quando seus documentos públicos trazem explicitamente princípios que traduzam sua responsabilidade socioambiental, como colocado na seção 1.4.2. Esses princípios são formulados pela metodologia como elementos de avaliação, cuja quantidade varia de acordo com o tema e pode ser encontrada na versão integral da metodologia, em inglês.

A pontuação em cada elemento é no mínimo 0 (zero) e no máximo 1 (um). Após a avaliação da pontuação em todos os elementos de um tema, é feita uma média aritmética que representará a nota final do banco naquele tema. O processo é detalhado na seção 1.4.4. No site do GBR ([www.gbr.org.br](http://www.gbr.org.br)), essa pontuação é trazida na forma de porcentagem. O desempenho geral do banco, exibida na página inicial do site, será o equivalente à média aritmética da pontuação dos 18 temas avaliados.

O escopo da política também influencia na nota. Ele varia de acordo com as áreas de investimento e serviços financeiros em que a instituição financeira é ativa e nas quais aplica os princípios de responsabilidade socioambiental, questão aclarada na seção 1.4.3. Pontos também são atribuídos caso a instituição financeira tenha aderido à alguma iniciativa ou padrão internacional, como é o caso dos Princípios do Equador e os Padrões de Desempenho do IFC. A seção 1.4.7 detalha os critérios.

Ao executar o Guia dos Bancos Responsáveis, o Idec espera que os bancos avaliados melhorem sua performance gradualmente, integrando elementos de sustentabilidade e respeito ao consumidor nas suas políticas de concessão de crédito, investimentos, gestão de recursos de terceiros e outros serviços financeiros. É de especial importância para nós os elementos de direitos do consumidor, em razão do histórico do Idec em sua defesa há 30 anos e que é tão relevante quanto os outros temas da avaliação de políticas.

O Guia dos Bancos Responsáveis é uma oportunidade para os bancos brasileiros elevarem suas políticas e práticas em consonância com os padrões internacionais e por isso temos certeza de sua relevância para o sistema financeiro nacional e para a sociedade brasileira.

**Elici Maria Checchin Bueno**

*Coordenadora Executiva do Idec*

**Teresa Donato Liporace**

*Gerente de Programas e Políticas do Idec*

**Ione Alves Amorim**

*Líder do Programa de Serviços Financeiros do Idec*

**Gustavo Pereira Machado de Melo Souza**

*Assistente do Programa de Serviços Financeiros*

# 1. Objetivo e método

## 1.1 Visão Geral

Esta metodologia tem como objetivo verificar quais questões de sustentabilidade estão presentes nas políticas que as instituições financeiras aplicam ao avaliar solicitações de crédito e decisões de investimentos. Ela estabelece os elementos a serem considerados pelo *Fair Finance Guide International* para mensurar políticas ambientais, sociais e econômicas das instituições financeiras. Estes elementos são agrupados em três categorias:

- Temas transversais (Capítulo 2);
- Temas setoriais (Capítulo 3); e
- Temas operacionais (Capítulo 4).

O Capítulo 1 fornece uma visão geral do objetivo e da metodologia do *Fair Finance Guide International*. O objetivo do projeto é incentivar a Responsabilidade Socioambiental (RSA) em instituições financeiras. A seção 1.2 descreve os princípios de responsabilidade socioambiental e explica o papel que as instituições financeiras têm na promoção da RSA nas empresas em que investem. Além disso, nesta seção explica-se como *Fair Finance Guide International* espera estimular a busca dos bancos por melhores posições do ranking, permitindo que o consumidor possa comparar as instituições financeiras pelo seu nível de responsabilidade socioambiental.

Na seção 1.3, cinco tipos de instituições financeiras são listados. O papel dos bancos comerciais, bancos de investimento, companhias de seguros, fundos de pensão e gestores de ativos no setor financeiro é explicado.<sup>1</sup>

A avaliação das políticas de investimento é explicada na seção 1.4. Ela descreve quais questões e setores são levados em consideração e como certos princípios devem ser aplicados por uma instituição financeira para que receba a pontuação. A seção discorre sobre o escopo das políticas de investimento, os setores relevantes para determinadas instituições financeiras, os documentos que devem ser avaliados e as políticas coletivas que podem ser consideradas.

O capítulo é concluído com a seção 1.5 sobre o uso de estudos de caso para complementar a avaliação de políticas do *Fair Finance Guide International*.

## 1.2 Objetivo e princípios

O objetivo do projeto *Fair Finance Guide International* é incentivar a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) por meio das instituições financeiras. De acordo com a ISO 26.000, a RSE pode ser definida como a "responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento transparente e ético que contribua para o desenvolvimento sustentável, incluindo a saúde e o bem-estar da sociedade; levando em conta as expectativas das partes interessadas; que esteja em conformidade com a lei e em com as normas internacionais; e que esteja integrada em toda a organização e praticada em seus

---

<sup>1</sup> Nota do Guia dos Bancos Responsáveis: Na versão executiva em português só três tipos estão listados, pois seguradoras e fundos de pensão não são avaliados no Brasil.

relacionamentos". As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais argumentam que as empresas devem "contribuir para o progresso econômico, ambiental e social, de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável."

Isso significa que as empresas (inclusive instituições financeiras) não devem só aderir à legislação e às regulamentações em vigor nos países onde operam, mas também devem cumprir e apoiar convenções internacionais, padrões e iniciativas que reconheçam os problemas de sustentabilidade e ofereçam soluções para eles - mesmo quando esses padrões não estão incluídos na legislação local. **As empresas devem cumprir com estes padrões ao operar seus próprios negócios e de suas subsidiárias, mas também devem esperar que seus fornecedores cumpram.** (Veja o Compêndio da União Europeia sobre Políticas Públicas em Responsabilidade Social Corporativa, de 2014, para uma visão abrangente das normas de RSE)

De acordo com o projeto *Fair Finance Guide International*, **os esforços de responsabilidade socioambiental das instituições financeiras devem ser direcionados primordialmente à sua atividade principal: oferecer capital.** As instituições financeiras oferecem aos seus clientes uma ampla gama de serviços financeiros, os quais permitem que empresas, governos e indivíduos obtenham capital para todos os tipos de atividades. Isto pode incluir atividades que levem a violações de direitos humanos ou à poluição ambiental, bem como atividades que contribuem para acabar com a desnutrição ou melhorar a biodiversidade.

A questão que o projeto *Fair Finance Guide International* levanta, portanto, é: em que medida as instituições financeiras apoiam, através dos seus serviços financeiros, atividades que contribuem para um mundo socialmente justo e sustentável? De acordo com o *Fair Finance Guide International*, as instituições financeiras devem ter a expectativa de que as empresas às quais elas fornecem capital, bem como os seus fornecedores, cumpram com as normas e iniciativas internacionais amplamente aceitos.

**As instituições financeiras devem registrar essas expectativas e torná-las públicas em suas políticas para questões e setores específicos.** Ao avaliar essas políticas, a legislação local não é explicitamente considerada na maioria das vezes, porque o *Fair Finance Guide* assume que as instituições financeiras no mínimo exigem que seus clientes cumpram a lei. Devido ao foco em serviços financeiros, as questões relacionadas com as operações internas das instituições financeiras, tais como suas políticas de recursos humanos, de consumo de papel, água e uso de energia, estão, em sua maioria, fora dos cálculos de avaliação.

O *Fair Finance Guide International* permite que os consumidores, a mídia e outras partes interessadas comparem instituições financeiras e incentivem-nas (e também suas subsidiárias na gestão de ativos e seguros) a oferecer serviços financeiros de forma responsável.

Ao comparar as instituições financeiras tanto no conteúdo da sua política quanto em suas práticas ao oferecer serviços financeiros, o projeto *Fair Finance Guide International* estimula a concorrência entre as instituições financeiras no que diz respeito à Responsabilidade Socioambiental. A rede espera estimular um processo que leva ao aumento da rigidez de políticas sociais, ambientais e econômicas (*corrida rumo ao topo*) e reforçar o papel construtivo que as instituições financeiras podem desempenhar na criação de um mundo mais justo e sustentável.



## 1.3 Setor financeiro

### 1.3.1. Os bancos comerciais

Os bancos são intermediários nos mercados monetários e de capitais: eles garantem que o capital de clientes privados e instituições, como fundos de pensão com recursos para investir, seja acessado por (outros) clientes e instituições que precisam de dinheiro para financiar suas atividades. Os bancos cumprem esse papel de duas formas:

- **Banco comercial:** bancos comerciais usam a poupança de indivíduos, organizações, instituições e empresas para fornecer empréstimos e outros produtos financeiros a outros indivíduos, organizações, instituições e empresas. Discutimos este papel nesta seção;
- **Banco de investimento:** os bancos de investimento não concedem empréstimos diretamente. Eles são intermediários entre diferentes grupos de clientes; incluindo empresas, governos, indivíduos abastados e investidores institucionais. Esses clientes pagam aos bancos de investimento uma taxa pelos seus serviços financeiros, tais como a emissão de ações ou títulos e sua venda a investidores. Discutimos esse papel na seção 1.3.2

Bancos comerciais tradicionais, que normalmente operam como bancos de varejo (para o grande público) e com serviços corporativos (para empresas e outras instituições de maior porte), captam recursos de indivíduos, organizações, instituições e empresas, na forma de poupança ou depósitos, e investem esses recursos, fornecendo empréstimos e demais produtos financeiros para outros indivíduos, organizações, instituições e empresas. Os bancos classificam esses recursos em suas demonstrações financeiras em duas colunas: à direita, como o banco obteve o dinheiro (os passivos), e à esquerda, como o banco repassou tais recursos (os ativos). Abaixo descrevemos as duas categorias:

- **Passivo**

Os passivos do banco - todo o seu capital de entrada - pode ser dividido em depósitos e capital próprio. O capital próprio é o montante referente aos recursos dos proprietários do banco. Estes podem ser seus acionistas, outras instituições financeiras ou, no caso de um banco cooperativo, os seus membros (que podem ser seus clientes, funcionários ou outros bancos locais). O seu capital é constituído por:

- Dinheiro arrecadado com a venda de ações do banco;
- Lucro líquido do banco nos últimos anos.

As dívidas/depósitos do banco incluem todas as outras verbas que atrai, incluindo:

- Dinheiro que os clientes particulares, instituições e empresas têm depositado em contas corrente e de poupança;
- Empréstimos de outros bancos;
- Títulos que o banco vendeu a investidores;
- derivativos financeiros: dívidas devido à swaps<sup>2</sup>, contratos futuros<sup>3</sup>, e opções.

---

<sup>2</sup> Swap é um produto financeiro derivativo, onde ambas as partes trocam fluxos de capital. Por exemplo, em um swap de juros, dois bancos podem trocar os pagamentos de juros de dois empréstimos entre si. O objetivo pode ser mitigar o risco de, por exemplo, um aumento de juros ou mesmo a especulação sobre uma redução de juros. Portanto, no caso de uma troca, os bancos têm tanto uma dívida como um ativo.

<sup>3</sup> Os contratos futuros são um contrato financeiro entre duas partes que se comprometem a negociar uma certa quantidade de um produto ou instrumento financeiro, a um preço pré-determinado, em um determinado momento no futuro.

- **Ativos**

Todas as quantias recebidas em um banco são investidas em vários tipos de ativos. Em outras palavras: a soma dos passivos é sempre exatamente igual à soma dos ativos. Bancos podem ter investimentos nos seguintes tipos de ativos:

- Os escritórios e mobiliário do próprio banco;
- Outros imóveis, tais como escritórios, estacionamentos e centros comerciais;
- Crédito para habitação e crédito a clientes privados;
- Empréstimos e outros tipos de crédito a empresas, governos e investidores, como fundos de *hedge*;
- Empréstimos a outros bancos;
- Investimentos em ações e títulos de empresas e em títulos de governos, mas também em *private equity* (ver seção 1.3.3 da metodologia integral em inglês);
- Investimentos em instrumentos financeiros derivativos: swaps, contratos futuros e opções.

Nem todos os bancos investem em todos esses tipos de ativos. Os bancos de poupança investem principalmente em ações e títulos, os bancos hipotecários principalmente em empréstimos hipotecários, e os bancos comerciais principalmente no crédito a empresas e governos. Nas últimas décadas, alguns bancos comerciais começaram a investir mais em produtos financeiros derivativos.

Todas as verbas alocadas em um banco por contas correntes e de poupança de clientes particulares, instituições e empresas, podem, em princípio, ser utilizadas pelo banco para todos os investimentos bancários possíveis: de empréstimos hipotecários a clientes privados até investimentos em empresas internacionais e derivativos financeiros. Isso significa que alguém que tenha colocado o dinheiro em uma conta corrente ou poupança em um banco não necessariamente sabe como seu dinheiro é utilizado. Os bancos são livres para investir o dinheiro dos poupadores de acordo com seu próprio critério. Portanto, é de grande importância que os bancos forneçam informações sobre quais políticas mantêm para seus investimentos.

### 1.3.2 Os bancos de investimento

Além de atuar como intermediários no mercado financeiro e de capitais na forma tradicional discutida na seção 1.3.1, alguns bancos atuam como bancos de investimento<sup>4</sup>. Isto significa que, ao invés de emprestar dinheiro diretamente, eles agem como intermediários entre diferentes grupos de clientes, incluindo empresas, governos, indivíduos com muito capital e investidores institucionais. Esses clientes pagam uma taxa aos bancos de investimento pelos seus serviços financeiros.

Em termos gerais, duas atividades principais podem ser caracterizadas:

- *Subscrição*: Os bancos de investimento estão envolvidos principalmente no auxílio à obtenção de financiamento de empresas e governos através da emissão e venda de valores mobiliários, tais como ações e títulos para os investidores. O banco de investimento vai determinar o valor da empresa, elaborar um prospecto, promover os valores mobiliários e "subscrevê-los". Subscrever significa que o banco de investimento compra os títulos da empresa por um preço fixo, e nos dias seguintes, tenta vender os títulos a investidores institucionais por um preço ligeiramente superior. Desta forma, a receita para o cliente é garantida. Os bancos de investimento visam garantir que há compradores suficientes para os títulos e que os seus

---

<sup>4</sup> O termo banco de investimento pode ser confuso, já que os próprios bancos de investimento tipicamente *investem* menos do que os bancos (comerciais) tradicionais. Os bancos de investimento essencialmente ajudam outras instituições financeiras a investir.

clientes, as empresas e os governos buscando financiamento, receberão o melhor rendimento possível. Em uma data pré-determinada, o banco de investimento compra as ações e obrigações de seu cliente a um preço fixo e as vende aos investidores que podem assumi-las dentro de alguns dias.

- *Corretagem* (às vezes chamado de *corporate finance*): neste caso, o banco de investimento não compra nada, mas apenas age como um corretor que faz a mediação entre o comprador e o vendedor.

Serviços bancários de investimento são fornecidos sobretudo às empresas de grande porte listadas em bolsa e aos governos, mas também podem ser concedidos a companhias não-listadas. Para a maioria dos bancos que estão envolvidos na banca de investimento, é natural que eles apliquem a política de investimentos do banco para esses serviços financeiros (ver seção 1.3.1). No caso de subscrição, isso também é muito lógico, porque os próprios bancos investem nas respectivas ações e obrigações - embora apenas por alguns dias. Os riscos que os bancos tomam, portanto, são comparáveis aos de outros investimentos bancários.

No caso dos bancos que estão apenas envolvidos na corretagem, o banco não faz um investimento, e, por isso, nem sempre é o caso de que a política de investimentos do banco também se aplique aos serviços de corretagem. No entanto, o *Fair Finance Guide International* acredita que para estes tipos de serviços financeiros devem ser aplicáveis os mesmos critérios de sustentabilidade que se prescreve aos bancos comerciais, já que, nesse papel, os bancos também fornecem capital para empresas e governos.

### 1.3.5 Gestoras de ativos<sup>5</sup>

Em geral, grandes instituições financeiras não só fornecem capital para empresas e governos por meio de empréstimos ou investimentos corporativos (seção 1.3.1) e bancos de investimento (seção 1.3.2). Elas também podem ter uma ou mais subsidiárias envolvidas na gestão de ativos. Estas subsidiárias de gestão de ativos investem em ações, empresas e títulos do governo, juntamente com outros tipos de investimentos. Elas fazem isso com o capital de investidores privados, fundos de pensão, tomadores de seguros e de clientes. Para essas atividades de gestão de ativos, as instituições financeiras nem sempre aplicam mesma política que aplicam à concessão de empréstimos e de banco de investimento.

Isso se deve, em certa medida, às diferenças entre poupança e investimento. Os poupadores não podem escolher onde seu dinheiro está investido, mas, por outro lado, eles desfrutam da segurança de uma taxa de juros de relativamente fixa e, em muitos países, uma garantia do governo sobre os depósitos de poupança.

Por outro lado, os investidores estão geralmente mais expostos ao risco, embora seus rendimentos possam ser maiores. Além disso, os investidores estão livres para fazer escolhas sobre a forma como o seu dinheiro será investido. Por exemplo, eles podem escolher dentro de um conjunto de fundos de investimento que a instituição financeira lhes oferece (muitas vezes incluindo fundos comercializados como "sustentáveis"). Por isso algumas instituições financeiras não veem a necessidade de aplicar uma "política de investimento responsável" para todas as atividades de gestão de ativos, alegando que aqueles clientes que investem e consideram isso importante optam pelos fundos sustentáveis que a instituição financeira oferece.

---

<sup>5</sup> *Nota do Guia dos Bancos Responsáveis*: Os itens 1.3.3 (seguradoras) e 1.3.2 (fundos de pensão) da metodologia original foram suprimidos da versão executiva, já que a avaliação de políticas no Brasil se limita aos bancos.

O projeto *Fair Finance Guide International* se concentra principalmente em clientes com uma conta corrente ou conta poupança em um banco. Para eles, a principal preocupação é que a política do banco seja aplicada a seus empréstimos e outros serviços financeiros. A política que as subsidiárias do banco aplicam para o gerenciamento de ativos não é diretamente relevante para esses poupadores, porque o dinheiro dos poupadores não é gerido por estas subsidiárias de gestão de ativos. Entretanto, **muitos poupadores consideram que a política da instituição financeira para a gestão de ativos seja importante. Como clientes, eles esperam que seu banco opere de forma responsável em todos estes aspectos, inclusive em sua gestão de ativos, apesar desta não necessariamente dizer respeito a sua própria poupança.**

Para os clientes da divisão de gestão de recursos de terceiros (isto é, os investidores), seguradoras ou clientes que comissionam a instituição financeira para investir por eles (ou seja, clientes de *private banking*), a avaliação da política de gestão de recursos de terceiros também é importante.

O projeto *Fair Finance Guide International* acredita que também se pode esperar que as instituições financeiras ajam de forma responsável em relação às suas atividades no domínio da gestão de ativos. Portanto, a política das instituições financeiras para a gestão de ativos também é avaliada. Ao tomar a decisão de incluir uma avaliação da política de gestão de ativos, foi de grande importância para o projeto *Fair Finance Guide International* que a maioria das instituições financeiras possam desempenhar um papel na criação de um mundo justo e sustentável através de suas atividades de gestão de ativos. Como gestores de ativos, eles podem escolher quais investimentos oferecem aos seus clientes. Tais escolhas podem ter consequências para a disponibilidade de capital às empresas e aos governos.

## 1.4 Avaliação das políticas

### 1.4.1 Temas

O *Fair Finance Guide International* escolheu avaliar as políticas de investimento que as instituições financeiras aplicam para as categorias de crédito corporativo, *project finance*, investimentos proprietários e gestão de recursos de terceiros com relação a temas setoriais e transversais. Os temas transversais contemplam questões de destaque internacional no âmbito da sustentabilidade e são relevantes para todos ou quase todos setores econômicos nos quais as instituições investem:

- Bem-estar animal
- Mudanças climáticas
- Corrupção
- Igualdade de gênero
- Saúde
- Direitos humanos
- Direitos trabalhistas
- Meio ambiente
- Impostos

O *Fair Finance Guide International* acredita que todas as instituições financeiras devem ter uma política clara sobre todas estas questões transversais.

Quando uma instituição financeira investe ou presta serviços financeiros a empresas de determinados setores sensíveis (isto é, aqueles em que os problemas de sustentabilidade são particularmente

prováveis), a instituição financeira também deve ter políticas específicas para esses setores. Atualmente o projeto selecionou os seguintes temas setoriais:

- Armas
- Setor financeiro
- Pesca
- Alimentos
- Florestas
- Setor imobiliário e habitação
- Indústria manufatureira
- Mineração
- Óleo e gás
- Geração de energia

Além dos temas que avaliam diretamente a política de investimento e financiamento das instituições financeiras e suas expectativas com relação às companhias nas quais investem, o *Fair Finance Guide International* também desenvolveu temas que avaliam as operações internas de uma instituição financeira. Esses temas operacionais são indiretamente relacionados às decisões de investimento feitas pelas instituições financeiras e consistem em:

- Direitos do consumidor
- Inclusão financeira
- Remuneração
- Transparência e prestação de contas

As coalizões que estão colaborando com a rede da *Fair Finance Guide International* concordaram que uma série de temas deve ser utilizada por todas as coalizões para avaliar as políticas das instituições financeiras selecionadas. Outros temas podem ser adotados pelas coalizões dependendo do debate público, das prioridades e dos objetivos das organizações dentro da coalizão.<sup>6</sup>

No futuro, novos temas podem ser incluídos nesta metodologia. Para todos temas e setores, as políticas das instituições financeiras são comparadas com normas, padrões e iniciativas nacionais e internacionais relativas ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade social corporativa, além de outros critérios considerados importantes na opinião das organizações que compõem o *Fair Finance Guide International*.

#### 1.4.2 Conteúdos das políticas

Para apoiar e estruturar a comparação das políticas das instituições financeiras, esta metodologia descreve os temas transversais selecionados (Capítulo 2 da Metodologia, em sua versão completa), temas setoriais (Capítulo 3, idem) e temas operacionais (Capítulo 4, ibidem). Cada tema selecionado é tratado em uma seção separada, começando com "*O que está em jogo?*", uma descrição das questões de sustentabilidade envolvidas. Em seguida, há uma visão geral das normas internacionais aplicáveis e amplamente aceitas, tais como convenções, diretrizes, certificações e códigos de conduta ("*Normas internacionais e iniciativas*"). Por fim, os elementos que uma instituição financeira deve

---

<sup>6</sup> *Nota do Guia dos Bancos Responsáveis*: Na edição de 2018, serão avaliados os seguintes temas: (i) Obrigatórios: Armas, Corrupção, Direitos humanos, Direitos trabalhistas, Igualdade de gênero, Impostos, Meio ambiente, Mudanças climáticas, Transparência e Prestação de contas; (ii) Facultativos: Alimentos, Direitos do consumidor, Florestas, Geração de Energia, Habitação e setor imobiliário, Inclusão financeira, Mineração, Óleo e gás, Remuneração.

incluir em sua política de investimentos e serviços financeiros são descritos ("*Elementos de Avaliação*").

Esses elementos listam as expectativas da rede *Fair Finance Guide International* com as instituições financeiras no contexto de sua responsabilidade socioambiental. A metodologia faz referência a uma gama de padrões e iniciativas internacionais. Em muitos casos, estes têm requerimentos específicos para instituições financeiras e negócios em que elas investem ou financiam. Nestes casos, os padrões e iniciativas são listadas como elemento de avaliação neste documento. Outros padrões internacionais têm implicações claras para o setor financeiro ou para negócios que ele financia ou investe, mas o padrão sozinho não as especifica no detalhamento necessário para essa pesquisa. Nestes casos, o FFGI seguiu as implicações lógicas do padrão e os converteu em elementos de avaliação.

Esses elementos são formulados como *princípios*. Princípios podem ser aplicados pelas instituições financeiras de várias maneiras, para investimentos novos ou existentes e para serviços financeiros. Por exemplo, os princípios podem ser incluídos pelas instituições financeiras nas condições para novos empréstimos e serem aplicados como critério de seleção para novos investimentos e serviços financeiros. Para os empréstimos e investimentos existentes, podem ser aplicados como uma diretriz para atividades de engajamento e para acordos sobre melhorias com as empresas em que a instituição financeira já investe. Com base nestes princípios, as instituições financeiras poderiam, em última instância, decidir pelo término do investimento.

**O *Fair Finance Guide International* não comenta sobre a forma pela qual as instituições financeiras deveriam aplicar os princípios aos seus investimentos e serviços financeiros, mas realmente espera que elas expliquem seu método de trabalho em suas políticas.** A instituição financeira deveria, entre outras coisas, indicar o que o princípio significa para vários tipos de investimentos e serviços financeiros. Se a instituição financeira só estabelece uma condição para um tipo específico de investimento ou serviço financeiro, é difícil assegurar que ela aplica o princípio. **O FFGI acredita que os princípios precisam ter uma relação significativa com as atividades ou produtos de uma instituição financeira, para todos os tipos de investimentos e serviços financeiros que elas prestam a outras empresas e a consumidores.**

Diversos princípios na metodologia consideram que certas atividades são "inaceitáveis", traduzindo-se em elementos redigidos da seguinte forma: "A atividade X é inaceitável". Tais atividades são fortemente desaprovadas pelo *Fair Finance Guide International*. Todavia, a palavra "inaceitável" não deve ser lida como "excluída". Em outras palavras, não se deve considerar que a expectativa é de que as empresas envolvidas com essas atividades sejam excluídas imediatamente do portfólio das instituições financeiras. **O *Fair Finance Guide International* tem consciência dos diferentes instrumentos e passos que as instituições financeiras podem adotar para implementar tais princípios.** Por exemplo, a instituição financeira pode começar um processo claro de engajamento voltado a convencer as empresas nas quais investe a paralisar as atividades consideradas inaceitáveis e mencionar prazos para os quais espera que isso seja cumprido. **O que o *Fair Finance Guide International* espera é que exista uma política que considere de forma clara atividades indesejáveis ou inaceitáveis e inclua tais etapas e prazos.** São pontuadas políticas que mencionam restrições e exceções a certas atividades, como não investir em empresas que tenham receita proveniente de uma atividade inaceitável superior a determinado limite.

**Quando a instituição financeira explica seu método de trabalho, os seus objetivos são igualmente importantes,** porque a instituição financeira pode usá-los para indicar como e quando ela garantirá que todo o portfólio de investimento e todos os serviços financeiros oferecidos estejam em conformidade com os princípios enunciados na sua política. Isto é especialmente importante se o portfólio existente da instituição financeira ainda não está em total conformidade com a política. O

*Fair Finance Guide International* espera que tais objetivos estejam incluídos na política e investiga isso, entre outras formas, por meio de estudos de caso.

Em sua análise de políticas das instituições financeiras, o *Fair Finance Guide International* avalia com cuidado como a instituição financeira toma decisões de seus investimentos e serviços financeiros, mas foca nos princípios e expectativas que a instituição financeira tem a respeito das companhias nas quais investe. Nas tabelas com elementos de avaliação, tais princípios e expectativas são introduzidos como *"os seguintes elementos são cruciais para uma política em relação às empresas nas quais a instituição financeira investe."*

A metodologia de análise de políticas, porém, também inclui quatro temas operacionais. De maneira geral, os elementos incluídos nestes temas dizem respeito às operações da instituição financeira, incluindo a forma como as decisões são tomadas nos investimentos e nos serviços financeiros prestados pela instituição.

Outra questão que difere da maior parte da metodologia de análise de políticas diz respeito a determinados elementos incluídos nos temas setoriais e transversais e que também se referem a questões operacionais da instituição financeira, ainda que não estejam nos temas operacionais. Esses elementos são sempre introduzidos separadamente nos temas como: *"os seguintes elementos são cruciais para uma política em relação às operações internas da instituição financeira."*

### 1.4.3 Escopo das políticas

Para avaliar a política de investimentos das instituições financeiras, o *Fair Finance Guide International* desenvolveu uma série de elementos que são considerados cruciais para uma boa política sobre os temas que são avaliados. Estes elementos são descritos e explicados nos Capítulos 2, 3 e 4 da versão completa da metodologia. **A avaliação de políticas verifica se estes elementos estão incluídos nos documentos públicos de políticas de uma instituição financeira.**

**Entretanto, não é só o conteúdo, mas também o escopo do documento de política da instituição financeira que é importante.** Documentos de política por vezes cobrem apenas uma pequena parcela de todos os investimentos realizados pela instituição financeira. Isso pode ser especialmente o caso de grandes grupos bancários internacionais, que têm frequentemente um grande número de subsidiárias em diferentes países, que oferecem diferentes produtos e serviços para diversos grupos de clientes. Como o *Fair Finance Guide* tem por objetivo avaliar as políticas que são aplicadas em todo o grupo bancário, incluindo todas as subsidiárias, o âmbito de documentos de política é integrado na metodologia de avaliação.

Pesquisas anteriores sobre políticas de investimento e de crédito mostram que existem geralmente quatro categorias em que a política pode cobrir insuficientemente o escopo dos investimentos e serviços financeiros oferecidos pela instituição financeira:

- A política não é aplicada a todas as filiais de um grupo bancário;
- A política não é aplicada a todos os tipos de investimentos e serviços financeiros;
- A política não é aplicada a todos os países nos quais um grupo bancário investe; e
- A política não é aplicada a todas as atividades de uma empresa (por exemplo, o investimento destina-se a determinadas atividades).

As duas últimas opções são vistas com menos frequência e nem sempre são mencionadas nas políticas. A terceira opção também é, se mencionada, muitas vezes usada como parte dos

procedimentos de avaliação de risco. Como são difíceis de rastrear nas políticas e, a fim de simplificar o modelo de pontuação, projeto *Fair Finance Guide International* não leva mais essas limitações em consideração.

A fim de considerar as duas primeiras opções em sua metodologia de pontuação, o *Fair Finance Guide* selecionou quatro categorias de investimentos (ou serviços financeiros) que são considerados relevantes para a maioria das instituições financeiras que o *Fair Finance Guide* investiga. Esta seleção é baseada na descrição dos vários tipos de instituições financeiras na seção 1.3 e na pesquisa feita no âmbito das políticas de investimento e de crédito delas. Para avaliar o alcance das políticas de uma instituição financeira, o *Fair Finance Guide* considera os seguintes tipos de investimentos ou serviços financeiros:

- **Créditos corporativos:** empréstimos e outras formas de crédito fornecidas pela instituição financeira a empresas (listadas ou não), permitindo que estas financiem despesas de curto prazo e/ou investimentos de longo prazo. Créditos corporativos tradicionalmente trazem uma taxa de juros e são garantidos por ativos específicos (como no caso de empréstimos imobiliários) ou pelo balanço da empresa como um todo. Essa categoria inclui a subscrição de ações e a emissão de títulos, mas não inclui empréstimos e créditos a pessoas físicas.
- **Project finance:** uma forma específica de crédito corporativo para financiamento de projetos industriais ou de infraestrutura específicos. Diferentemente dos créditos corporativos, o empréstimo é garantido pelo fluxo de caixa do projeto, e não pelas demonstrações financeiras de seus patrocinadores (isto é, a companhia envolvida no projeto)
- **Investimentos proprietários:** instituições financeiras investem seu dinheiro em ações e em títulos corporativos ou soberanos, além de outras formas de securitização. Este investimento pode ser feito comprando ações individuais e títulos ou por meio de fundos de investimento. Como estes investimentos requerem especialização, em geral são feitos por um gestor de ativos. Este pode ser uma subsidiária da instituição financeira ou uma gestora de ativos externa, sendo então chamado de ativos geridos externamente. Independente da forma que são geridos, esses investimentos são listados das demonstrações financeiras da instituição e, portanto, são chamados de investimentos proprietários.
- **Gestão de recursos de terceiros:** instituições financeiras também podem oferecer soluções em aplicações, como fundos de investimento e fundos índices. Os clientes podem ser investidores institucionais como fundos de pensão, igrejas e seguradoras, mas também pessoas físicas (neste caso se utiliza os termos *private banking* ou gestão de riqueza). A gestão dos investimentos de clientes em todos os tipos de securitização é chamada de gestão de recursos de terceiros. Essa definição inclui toda espécie de administração de recursos de um cliente por uma empresa de serviços financeiros.

Às vezes os clientes podem demandar produtos de investimentos muito especializados, indo além dos investimentos padrões por classe de ativo, cobertura geográfica, cobertura setorial e veículo de titularização. Neste cenário, a instituição financeira terceiriza uma parte dos ativos de seu cliente a uma outra gestora de recursos, o que é chamado de "ativos geridos externamente". Independentemente de ser gerido interna ou externamente, a nomenclatura é gestão de recurso de terceiros.

Esses investimentos geralmente não estão listados nos balanços das instituições. Essa categoria inclui todos os fundos e mandatos que são geridos ativa ou passivamente para clientes, assim como toda consultoria financeira oferecida a clientes. A definição de gestão de



recursos usada aqui não inclui plataformas de negócios administradas por instituições financeiras, onde estas não ofereçam serviços de investimento.

O FFGI integra outras categorias de investimento ao modelo de pontuação do tema setorial “Setor Imobiliário e Habitação” e dos temas operacionais “Direitos do Consumidor” e “Inclusão Financeira”. Essas categorias estão explicadas nos seus respectivos temas, na versão integral da metodologia. **Para cada instituição financeira, o *Fair Finance Guide International* avalia quais destas quatro categorias de investimento são relevantes. Só são consideradas aquelas em que a instituição financeira e suas subsidiárias sejam ativas.** A forma de avaliação de relevância das categorias é explicada mais detalhadamente na seção 1.4.5.

#### 1.4.4 Modelo de pontuação

Para cada tema, a pontuação de cada instituição financeira baseia-se na proporção de elementos incluídos na política, levando em consideração as categorias de investimento relevantes para as quais a política é aplicada. **No seu sistema de pontuação, portanto, o FFGI leva em conta o conteúdo e o alcance das políticas da instituição financeira.**

Isto é feito da seguinte maneira: para cada princípio incluído nas políticas da instituição financeira que corresponda a um elemento da metodologia é dada uma pontuação básica de 1,0 (um) referente àquele elemento.

A essa pontuação é adicionada a pontuação de escopo, considerando para quais categorias de investimento aquela política é aplicada. **Caso a instituição financeira não deixe claro o escopo de aplicação da política, presume-se que 50% das atividades da instituição financeira sejam cobertas pela política. Para cada categoria de investimento à qual a instituição financeira aplica explicitamente a política, um percentual é adicionado à pontuação básica.** Na maior parte dos temas, são quatro categorias de investimento analisadas, logo, 12,5% é adicionado a cada uma delas. Assim, a pontuação de escopo representa no máximo 50% da pontuação total do elemento, que vai de 0 a 1. Os outros 50% se referem à pontuação básica.

Cabe ressaltar que, caso a instituição financeira não seja ativa em uma destas categorias de investimento, aquela categoria não será considerada e, portanto, o peso de cada categoria será maior. Ou seja, se uma instituição financeira é ativa em apenas três categorias, a pontuação básica continuará valendo 50% da pontuação total e cada uma das categorias será equivalente a 16,67%, totalizando também 50% da pontuação total.

Em algumas situações, apenas a pontuação básica será dada à instituição financeira em determinado elemento e sua pontuação ali se limitará a 0,5 (meio ponto):

- O comprometimento da instituição financeira com determinado princípio é claro, mas o escopo de aplicação nas categorias de investimento não é;
- O texto da política é vago, mas ainda assim crível para que a pontuação básica seja dada;
- A instituição financeira adota uma iniciativa<sup>7</sup> que apoia o princípio mas este não é formalmente indicado na política de investimento e financiamento e não cobre uma categoria de investimento completamente.

---

<sup>7</sup> Essas iniciativas podem ser, entre outras: organização ou participação de encontros com clientes corporativos ou outras empresas e atores importantes; participação em um *Roundtable* ou algo similar;

O *Fair Finance Guide International* reconhece que bancos menores e voltados ao mercado nacional podem estar menos expostos a riscos socioambientais do que as instituições financeiras voltadas a empresas de médio e grande porte, operando em países ao redor do mundo em longas e complexas cadeias. Por isso, é possível adaptar situações em que a instituição financeira, de forma crível, demonstra que determinado elemento não é realmente relevante no seu caso. Assim, caso a orientação de negócios ou a presença geográfica da instituição façam com que a instituição financeira não esteja exposta de forma a violar o princípio especificado em determinado elemento da avaliação, este elemento pode ser considerado “não aplicável”. Há também os casos nos quais a pontuação é dada ao banco quando existe uma legislação nacional efetiva que já cobre o princípio descrito em determinado elemento nos países onde o banco é ativo.

As pontuações de todos os elementos de cada tema são somadas e então divididas pelo número de elementos do tema (média simples). O resultado desta conta é a pontuação final da instituição naquele tema. As coalizões do *Fair Finance Guide International* são livres para apresentar este resultado como um número entre 0 e 10 ou por percentuais. Cada coalizão também pode relacionar este resultado numérico a qualificações como suficiente, bom e excelente, por exemplo.

### 1.4.5 Relevância e materialidade

O Fair Finance Guide International determina a relevância e materialidade das categorias de investimento e setores industriais de acordo com as seguintes considerações:

- **Créditos corporativos**

O FFGI espera que uma instituição financeira tenha uma política para créditos corporativos se a carteira de créditos corporativos representa:

- Mais de 0,5% do total das demonstrações financeiras; ou
- Pelo menos R\$50 milhões do total de créditos corporativos.

O número de empréstimos corporativos, o tamanho das empresas que os recebem e o total emprestado a cada companhia não são importantes para avaliar a relevância desta categoria de investimento.

- **Project Finance**

O FFGI espera que uma instituição financeira tenha uma política para *project finance* se a carteira de *project finance* representa:

- Mais de 0,5% do total das demonstrações financeiras; ou
- Pelo menos R\$50 milhões do total de créditos corporativos.

O número de empréstimos corporativos, o tamanho das empresas que os recebem e o total emprestado a cada companhia não são importantes para avaliar a relevância desta categoria de investimento.

- **Hipotecas**

O *Fair Finance Guide International* foca nas relações financeiras entre empresas e instituições financeiras. Assim, uma categoria como hipotecas inicialmente extrapola o escopo do projeto, por mais que seja um ativo importante para vários bancos. Entretanto, os desafios de sustentabilidade da maioria dos temas selecionados na metodologia não são diretamente relevantes para este tipo de

---

assinatura de um termo de compromisso; engajamento em um diálogo coletivo; e publicação de cadernos descrevendo problemas socioambientais e sugerindo soluções ou agenda para sua melhoria.

investimento. O FFGI somente integra as hipotecas ao modelo de pontuação do tema setorial “Setor imobiliário e habitação” e nos temas operacionais “Direitos do consumidor” e “Inclusão financeira”.

- **Investimentos proprietários**

Para determinar a relevância desta categoria de investimento, o Fair Finance Guide International analisa as seguintes classes de ativos nas demonstrações financeiras da instituição:

- Títulos públicos
- Ações e ativos corporativos
- Derivativos
- Mercado imobiliário e securitizações
- Outros/indefinido

O FFGI não avalia políticas de investimento em títulos governamentais. Se uma instituição financeira investe somente em títulos públicos, a categoria “investimentos proprietários” não é considerada relevante para essa instituição financeira.

- **Gestão de recursos de terceiros**

Uma dificuldade de avaliar as políticas nesta categoria é o fato de as atividades de gestão de recursos de terceiros raramente compartilharem uma só política, devido à estrutura da organização. As instituições financeiras normalmente têm várias subsidiárias na área de gestão de recursos de terceiros e cada uma pode ter sua própria política. Em geral, elas usam uma política específica para cada produto específico. Dessa forma, há centenas ou milhares de produtos de investimento que podem ter, cada um, sua própria política.

Ademais, nem todos os tipos de gestão de recursos de terceiros são avaliados, pois eles não são todos relevantes. As subsidiárias de *asset management* nem sempre são livres para escolher sobre o fornecimento de capital para certas companhias ou governos. E às vezes não é possível para as empresas de gestão de recursos de terceiros desenvolver instrumentos de investimento sustentável. Baseado nos critérios a seguir foram determinadas quais atividades de *asset management* estão incluídas na avaliação de políticas:

- O capital estará à disposição das empresas como um resultado desse tipo de gestão de recursos de terceiros?
- A instituição financeira terá liberdade de escolha e/ou responsabilidade ao prover esse tipo de *asset management* (sob certas condições)?
- É possível para a instituição financeira utilizar instrumentos de investimento sustentável quando oferece esse serviço financeiro?

Com base nesses critérios, o Fair Finance Guide International decidiu escolher os seguintes tipos de gestão de recursos de terceiros no escopo da avaliação de políticas de cada instituição financeira:

- **Fundos de investimento da própria instituição financeira:** fundos de investimento que foram reunidos e oferecidos pela própria instituição financeira a investidores institucionais e privados;
- **Private banking:** toda forma de gestão discricionária do dinheiro de investidores privados, incluindo tanto investimentos diretos em títulos e ações quanto fundos de investimentos de outras partes;
- **Gestão de recursos por mandato (external mandates):** investimentos em títulos e ações ou em fundos de investimentos utilizando o dinheiro de investidores institucionais (isto é, seguradoras e fundos de pensão);

- **Relações internas com clientes:** investimentos em títulos e ações ou em fundos de investimentos, utilizando o dinheiro de clientes internos (incluso prêmios de seguros pagos por clientes externos);
- Plataformas de transação financeira onde os próprios clientes podem investir em títulos, ações e fundos de investimentos de terceiros;

Os tipos de *asset management* não incluídos na avaliação de escopo da política são:

- Consultoria sobre *private banking*;
- **Serviços de custódia:** tomar responsabilidade por ações de investidores institucionais ou privados.

Finalmente, a fim de poder considerar o escopo das políticas de investimento responsável para a gestão de recursos de terceiros, o *Fair Finance Guide International* olha o volume total de ativos que são geridos e para os quais a política de investimento responsável é aplicada. Se uma instituição financeira tem políticas diferentes para cada tipo de produto, a política que se aplica a maior parte dos ativos geridos é a que será avaliada.

Se esse for o caso para outras categorias de investimento, a mesma regra se aplica.

- **Setores**

Políticas gerais normalmente são aplicadas a todos os serviços de financiamento e investimento, enquanto as políticas setoriais referem-se exclusivamente a uma parte limitada dos investimentos da instituição financeira. Portanto, os princípios incluídos na política setorial da instituição e apenas aplicáveis às companhias ativas neste setor não são considerados para a avaliação dos temas transversais.

Se a instituição financeira pode comprovar ou declarar publicamente que não está envolvida com empresas que operam em um determinado setor, não se espera que a instituição financeira tenha uma política para tal setor. Nesse caso, não será concedida pontuação à instituição financeira, mas ela será identificada como "não ativa neste setor" (n.a.). Se é o caso para todos os tipos de investimentos pesquisados, o setor como um todo pode receber essa qualificação.

Se uma instituição financeira não faz uma declaração explícita de que não é ativa em um determinado setor, a decisão para a aplicação "não ativa neste setor" pode ser feita com base em informações sobre a carteira no relatório anual da instituição financeira e de suas subsidiárias. Para definir o nível máximo de investimentos em uma das categorias de investimento (limite), *Fair Finance Guide* utiliza a seguinte composição de carteira:

- Se o setor é explicitamente mencionado, por exemplo, na carteira de crédito corporativo, aplica-se "não ativa neste setor" quando menos de 0,2% e um máximo de R\$1 milhão do total de créditos corporativos é emprestado a esse setor específico.
- Se o setor for mencionado junto com outros setores (por exemplo, administração pública, defesa e seguridade social), aplica-se "não ativo neste setor" quando este é, em conjunto menor, que 1,0% e um máximo de R\$5 milhões do total de créditos corporativos.
- Se o setor não é mencionado explicitamente, mas apenas de forma abrangente e sobreposta a demais setores e definições, tais como manufatura, outras, ou 'materiais de construção', não se aplica "não ativa neste setor".

- O mesmo se aplica a outros tipos de investimento (*project finance*, investimentos proprietários e gestão de ativos de terceiros).
- Se não houver informação suficiente disponível sobre a carteira disponível, a qualificação “não ativa neste setor” não pode ser dada.

Note que as empresas que operam num determinado setor não incluem somente os produtores primários. As empresas de atacado, transporte, armazenamento, processamento e, finalmente, varejo, são parte da cadeia de abastecimento e, portanto, pertencem a este setor.

#### 1.4.6 Documentos avaliados

O projeto *Fair Finance Guide International* espera que a política da instituição financeira ou pelo menos um resumo dela seja tornado pública, por exemplo, através do seu site ou no relatório anual. O nome ou o tema do documento de política não é relevante. Por exemplo, elementos sobre os direitos trabalhistas podem ser incluídos na política de direitos humanos da instituição financeira, e vice-versa.

Às vezes, uma instituição financeira faz uma declaração sobre uma decisão considerando determinado assunto em um boletim informativo ou na imprensa. No primeiro ano após a publicação, o projeto *Fair Finance Guide* irá considerar isso como uma fonte válida de informações, mas também espera que a instituição financeira integre as decisões em sua política de investimentos – já que os funcionários que tomam as decisões sobre investimentos não levarão em consideração todos esses boletins, notícias, etc. Ao atualizar a avaliação de políticas, o *Fair Finance Guide International* verificará se o princípio faz parte dos documentos gerais de política. Se uma instituição financeira publicou um princípio em um *newsletter* ou em um documento a mais de um ano, mas não incorporou esse princípio aos seus documentos de política, a instituição não pontuará pelo elemento coberto por esse princípio.

#### 1.4.7 Pontuação para padrões e acordos coletivos

Idealmente, as instituições financeiras escrevem uma política apresentando os princípios que são utilizados na tomada de decisão sobre financiamento e investimento. **Alternativamente, elas podem declarar sua adesão a padrões internacionais e iniciativas que elas esperam que as empresas por elas financiadas cumpram.** Algumas das iniciativas e padrões internacionais referenciadas pela metodologia do FFGI são consideradas suficientes para atribuir pontuação, quando utilizadas no processo de tomada de decisão.

Ao avaliar as políticas das instituições financeiras, não só a política que a instituição financeira tem desenvolvido de forma independente, mas também os documentos políticos coletivos firmados por elas são levados em consideração. Esses incluem iniciativas de sustentabilidade que podem ser assinadas pelas instituições, como os Princípios do Equador e os Princípios para Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês). Essas adesões representam uma obrigação de aplicar certos critérios de sustentabilidade nos investimentos e serviços financeiros de uma instituição financeira e por isso são avaliadas segundo o método descrito acima.

A adoção destas iniciativas e padrões pelas instituições financeiras, portanto, indica que elas aderem a alguns dos princípios (elementos) que são parte da metodologia, ainda que esse elemento não esteja explicitamente descrito na própria política do banco. Instituições financeiras que tenham assinado um destes padrões ou acordos coletivos e deixem claro que aplicam suas diretrizes quando investem ou financiam clientes recebem a pontuação básica para aqueles elementos que estão incluídos nestes padrões ou acordos. A pontuação é dada para as categorias de investimento (crédito

corporativo, *project finance*, investimentos proprietários e gestão de ativos de terceiros) quando a política explicitamente indica este uso.

Outras iniciativas e padrões, como os Padrões de Desempenho do IFC e suas Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, o Pacto Global das Nações Unidas, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e outras não necessariamente obrigam as instituições financeiras a aplicar os critérios em seus investimentos e serviços financeiros. Mas as instituições financeiras podem adotar essas iniciativas, declarando explicitamente que elas aplicam de forma completa os procedimentos e critérios descritos nesses documentos quando tomam decisões de financiamento e investimento.

## 1.5 Estudos de Caso

O projeto *Fair Finance Guide International* espera estimular um processo que leva à crescente rigidez das normas utilizadas pelas instituições financeiras (*corrida rumo ao topo*) nos campos social, ambiental e econômico e também espera reforçar o papel construtivo que tais instituições financeiras podem desempenhar na criação de uma sociedade sustentável. Naturalmente, a política da instituição financeira formulou apenas um dos passos necessários.

Igualmente importante é saber se as próprias instituições financeiras, ao tomar decisões sobre seus investimentos, cumprem na prática com as normas estabelecidas em padrões internacionais amplamente reconhecidos, tais como convenções, diretrizes, certificações e códigos de conduta. Portanto, em estudos de caso, o projeto *Fair Finance Guide International* investiga os investimentos e serviços financeiros das instituições financeiras pesquisadas.

## Referência

Herder, A., Brink H., and M. Riemersma (2018, March 1), *Fair Finance Guide International Methodology 2018*, Amsterdam, The Netherlands: Profundo.